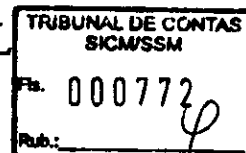


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL de
Barra do Guarita



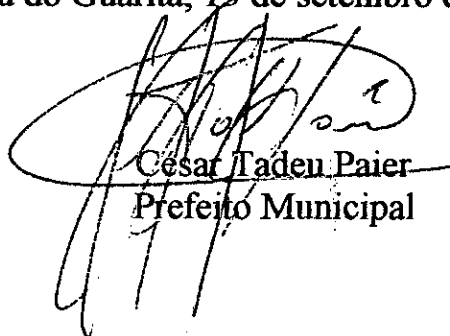
DECLARAÇÃO

CÉSAR TADEU PAIER, Prefeito Municipal, do Município de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação vigente;

DECLARA:

para fins de comprovação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que a Prefeitura Municipal de Barra do Guarita, não tem no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, a categoria funcional de Engenheiro Civil. Declaramos também, que nos concursos anteriormente realizados, não foi contemplado a categoria funcional de Engenheiro Civil.

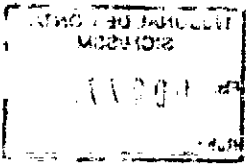
Prefeitura Municipal de Barra do Guarita, 13 de setembro de 2010.


Cesar Tadeu Paier
Prefeito Municipal

Ato 006/2007

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e sete, reuniram-se no Clube Navegantes de Barra do Garças, Associação de Desenvolvimento Municipal (ADM), para Assembleia Geral Extraordinária. Às 12:30 hrs em seguida e seguindo-se inicialmente o Senhor Altair José de Vargas fez abertura agradecendo a presença de todos, logo em seguida passou a ler a Edital de Licitação. Em seguida foi colocada em discussão a matéria que seria levada em discussão na Assembleia, o número de sócios participantes. Onde, pela maioria dos presentes, optaram por deixar para outra Assembleia a discussão da matéria de seguimento à Assembleia, passando-se a discutir a obra da construção Praça IHE 9636, de propriedade da Sangalita se manifestaram em transferir a construção para as duas entidades, Prefeitura Municipal e Associação de Desenvolvimento Municipal - ADM, onde a maioria dos sócios deu voto favorável à Prefeitura Municipal de Barra do Garças. Também foi colocado em discussão, alguns equipamentos elétricos existentes (2 subestação e 1 pulverizador), onde os sócios se manifestaram favoravelmente a venda das mesmas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se o Ato que será assinado pelos presentes Valdeir S. Gabriel, Sérgio Antonio S. A. C. e Valdeir Santos Medeiros, e o Secretário Altair José de Vargas. Exterior Sangalita.

Ato 07/2007



Ver lei que incorpora
o Conselho L214 e no
patrimônio público

After
Estados ADM

Projeto de lei que cria o Programa
de incentivo aos Agricultores ~~as~~ permanencia
~~as~~ Autoriza fincar convenio c/ a ADM.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - ADM
BARRA DO GUARITA

Portaria nº 001/2009.

LEONEL ANESE, Presidente da Associação Municipal de Desenvolvimento Municipal, do Município de Barra do Guarita, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

1º - Nomear Comissão de Licitação para venda ou troca do trator esteira D5E Caterpillar, Ano FAB 1983, e aquisição de um caminhão 0km e um tanque para acoplar no caminhão distribuidor de esterco.

2º - Ficam nomeados os seguinte membros:

- Etelvino Pedro Cavalli

Valdir Pedro Gabriel

- João Santos da Luz

3º - A referida Comissão tem função de receber proposta para vender ou troca do trator esteira, bem como receber e avaliar proposta da compra de um caminhão 0km e um tanque para distribuição de esterco líquido.

Associação de Desenvolvimento Municipal de Barra do Guarita, 04 de junho de 2009.

Registre-se e Publique-se


Leonel Anese

Presidente da ADM

4ta. em 07/2003

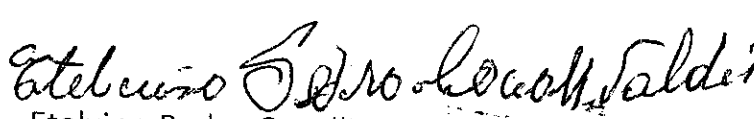
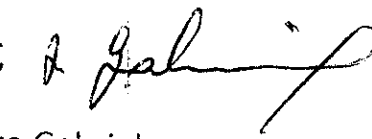
primeiro dia de junho de dois mil e nove, tendo como local de
realização do Clube de Barra Sembrada dos Navegantes da rede do município
Barra do Guarita, reuniram-se a Associação de Desenvolvimento Municipal
a tratar da venda do trator esteira, bem como a aquisição de um
módulo para distribuição de esterco orgânico. Inicialmente o Senhor
Dante, Senhor Anselmo agradeceu a presença de todos, ressaltou a unidade de
todos em torno de um objetivo comum. Em seguida passou-se a discutir
sobre a venda do trator esteira. O Presidente colocou que o trator encontra-
se em atividade (sem ser usado) e que é um capital muito grande para deixar
rodo e que a desvaloriza ainda mais o mesmo. Várias opiniões
foram levantadas sobre o assunto, o Senhor Spinoza disse que é impor-
tante vender o trator enquanto ele ainda está funcionando. Levantou-se a
questão também quanto a aquisição de um novo bom. Foi sugerido
e se comprou um caminhão novo para distribuir esterco líquido de
caca. Também foi sugerido que os agricultores reivindiquem a compra de
uma retroescavadeira para prestar serviços particulares. O Senhor Valde-
mar Gabriel defendeu a venda do trator esteira e pediu que fosse
comprado um caminhão distribuidor de esterco que é mais neces-
sário porque as nossas terras estão desgastadas e necessitam de recupera-
ção para produzir e a distribuição de esterco é de uma maneira mais
rápida e útil, principalmente para os produtores de leite e que em
segunda mão surge então, a compra de uma retroescavadeira. Após
várias manifestações chegou-se a um entendimento e decidiu-se pela
venda do trator esteira pelo valor mínimo de R\$ 70.000,00 (Setenta
mil reais), com relação a compra de um caminhão distribuidor de
terceiro foi autorizado para compra de um caminhão novo, bem como
um tanque novo. Partiu-se em seguida para os assuntos gerais: Houve
declaração quanto ao preço da carga de esterco, chegou-se a um entendimen-
to (digo, o valor seria de R\$ 10,00 por carga, além disso a trator, encor-
porente Ata que foi assinado por mim e as demais presentes. Teve
- PAULO ASSIS e o Sr. 2. Wagner Santos A.
- José A. de Brito, Rosilda S. de Brito, Sr. T.
- Rosa

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - ADM

BARRA DO GUARITA

A Comissão designada para proceder a venda do trator esteira, compra de um caminhão 0km e um tanque distribuidor de esterco liquido, vem por meio deste solicitar o parecer sobre a situação do esteira, bem como, avaliação para venda de tal.

Barra do Guarita, 08 de junho de 2009.

Etelvino Pedro Cavalli

Membro

Valdir Pedro Gabriel

Membro



João Santos da Luz

Membro

**PARECER DE AVALIAÇÃO DO TRATOR ESTEIRA DA ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

Aldair Souza da Silva, brasileiro, casado, mecânico, portador da C.I. nº 6043321618, residente e domiciliado na Rua John Kenedy, 50, sala 2, no Município de Itapiranga-SC, e Ari Mosart, brasileiro, casado, mecânico, portador da C.I. nº 6051628946 e CPF nº 696.553.590-34, residente e domiciliado na Rua Emilio Frederico Pires, nº 1088, na cidade de Ijuí, dão o seguinte parecer:

Após vistoria em conjunto no trator esteira D5E Caterpiller da Associação de Desenvolvimento Municipal constata o seguinte:

- o trator apresenta estado regular de conservação, com a parte rodante danificada, necessitando de recuperação.
 - O motor apresenta vazamento no 2º bico, injetor a partir da frente para trás.
 - O sistema elétrico apresenta boas condições.
 - A tolda de proteção danificada na coluna direita, traseira e dianteira.
- Após constatação in loco sugerimos preço de venda em R\$ 60.000,00.

Barra do Guarita, 12 de junho de 2009.

ALDAIR SOUZA DA SILVA

Mecânico



BAIXO MECÂNICO


ARI MOSART

Mecânico

ALDAIR SOUZA DA SILVA
CPF nº 604.332.161-28



CPM MAQUINAS RODOVIARIAS LTDA.

BR.285, KM.457, Nº 1805, SALA B

BAIRRO HAMMARSTRON

98.700.000 - IJUI - RS.

CNPJ: 08.707.377/0001-97

IE: 065/0124260

FONE: (55) 3332-8316

FAX: 3333-1989

E-MAIL: centraldemaquinas@yahoo.com.br


À
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO
BARRA DO GUARITA - RS.

PROPOSTA DE COMPRA

VIEMOS POR MEIO DESTA DEMONSTRAR NOSSO INTERESSE EM ADQUIRIR UM TRATOR DE ESTEIRAS USADO DE VOSSA PROPRIEDADE, DA MARCA CATERPILLAR, MOD.D5E, ANO DE FABRICAÇÃO 1994. NOSSA PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO SUPRA DESCRITO É DE R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), COM PAGAMENTO À VISTA.

SEM MAIS PARA O MOMENTO,
SUBSCREVEMO-NOS.

IJUI - RS., 02 DE JULHO DE 2009.

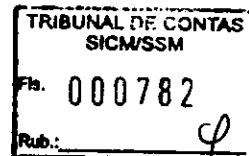

[08.707.377/0001-97]

CPM MÁQUINAS RODOVIARIAS LTDA

BR 285 KM 337 Nº 1805 SALA B

CEP 98700-000

IJUI - RS



FORPASSO CAMINHÕES

Passo Fundo, 16 de Julho de 2009.

A
Associação de Desenvolvimento Municipal -
ADM - do Município do Barra do Guarita

PROPOSTA

Cliente: Associação de Desenvolvimento Municipal

Endereço: RUA SOBRINHO, Nº 75

Bairro: Centro

Cidade: BARRA DO GUARITA

Estado: RS

CNPJ: 94727302/0001-00

Fone: 55- 91973508

<u>Quant.</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>VALOR</u>
01	<p>Caminhão Ford Cargo 1517 E, 4X2 novo, equipado com motor cummins com 170 CV de potência, turbinado e intercooler de fábrica, direção hidráulica, diferencial de dupla velocidade, entre eixo 4.800 mm, cabine de aço estampado 5 marchas à frente e uma a ré. ano 2009 e modelo 2009, branco, PBT, de 14.500 Kg e CMT de 27.000 Kg.</p> <p>Veículo faturado por FORPASSO CAMINHÕES LTDA CNPJ: 05.928.889/0001-95 Endereço: BR 285 KM 301 NR. 2400 CEP: 09655-900 Bairro: Valinhos Passo Fundo/RS</p>	
Total dos Produtos		R\$ 155.000,00


7163 - Forpasso Caminhões Ltda
Distribuidor Autorizado Ford

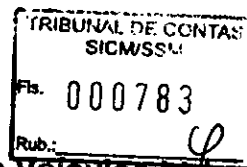
www.forpasso.com.br

Matriz

Rod. BR 285 - nº 2400 - B. Valinhos
Passo Fundo/RS - 99042-800
Fone: (54) 3313.8300
forpasso@forpasso.com.br

Filial

Est. RS 344 - Km 39,5
Santa Rosa/RS - 98900-000
Fone: (55) 3513.0088
forpassosr@forpasso.com.br



Augustin Veículos Ltda.

Carazinho-RS, 16 de julho de 2009.

Página 01

Para
Associação de Desenvolvimento Municipal
Rua Sobradinho nº 75 – Centro
CNPJ/MF: 94.727.302/0001-00
98530-000 - BARRA DO GUARITA- RS

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa Proposta referente ao fornecimento de 01 (um) caminhão marca Ford modelo Cargo 1517e, conforme especificações abaixo:

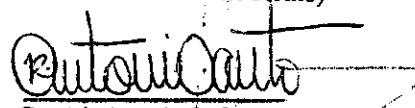
01. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

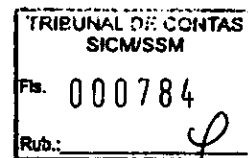
- Marca: Ford
- Modelo: Cargo 1517e – Zero km
- Fabricação Nacional – Tração 4x2
- Ano e Modelo de fabricação: 2009/2009
- Motor: Cummins, Injeção Eletrônica, à óleo Diesel, Turbo Aftcooler (pós arrefecido), 04 cilindros em linha, com potência de 170 CV
- Transmissão: Manual 5 marchas à frente e uma à ré.
- Cabine: Avançada (frontal)
- Direção: Hidráulica
- Sistema de Freios: A ar comprimido: Freios de Serviço: Duplo circuito de Ar “S-Came”; Tambor nas rodas Dianteiras e Traseiras - Freio de Estacionamento: A ar com câmara de mola acumuladora e acionamento no painel de instrumentos; Freio Motor: Eletropneumático.
- Eixo Traseiro de dupla velocidade (reduzido)
- Suspensão: Dianteira: Eixo rígido, em aço forjado, com barra estabilizadora, molas semi-elípticas. Amortecedores telescópicos, hidráulicos de dupla ação. Traseira: Eixo rígido em aço estampado, molas semi-elípticas (principal) e parabólicas(auxiliar)
- Pneus 275/80Rx22,5 x 16 PR
- PBT – Peso Bruto Total (homologado) 14.500 kg.
- D.E.E. (Distância Entre-Eixos): 4.800 mm.
- Tacógrafo Eletrônico.
- Demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo DENATRAN.

02. GARANTIA DO CAMINHÃO: Um ano sem limite de quilometragem.

03. VALIDADE DA PROPOSTA: 30 (trinta) dias.

04. PREÇO UNITÁRIO: Cr\$ 163.0000,00 (Cento e sessenta e três mil Reais)


Rogério Antonio O. Santos
Gerente de Vendas de Caminhões



RUA CALDAS JUNIOR, 253-BAIRRO CENTRO-CEP: 99470-000-NÃO ME TOQUE/RS-FONE: (54) 3332-1398
CNPJ : 89.786.602/0001-20 - ICMS : 081/0018357 - EMAIL : soder@soder.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

EDITAL N° 02/2009

FORNECEDOR: SODER & CIA LTDA

CNPJ: 89.786.602/0001-20

IE: 081/0018357

ENDEREÇO: RUA CALDAS JUNIOR, 253-BAIRRO CENTRO- NÃO ME TOQUE/RS

CEP: 99470-000

FONE: (054) 3332-1398

SEGUE EM ANEXO NOSSA COTAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LÍQUIDO, MARCA SODER, CAPACIDADE PARA 9.000 LITROS, ANO DE FABRICAÇÃO 2009, MODELO 2009, CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO CARBONO ASTM A36 4,75MM E NAS CABECEIRAS ESPESSURA DE 6,35MM, COM JATO DE GRANALHA INTERNO E EXTERNO, TRATAMENTO EM VETAMAX ULTRA RESISTENTE CONTRA FERRUGEM, BOMBA A VÁCUO COM COMPRESSOR DE 300MM ACOPLADO AO TANQUE, DEVIDAMENTE INSTALADO EM CAMINHÃO.	01	UN	SODER	21.000,00	21.000,00
TOTAL GLOBAL						21.000,00

A) VALOR DA PROPOSTA POR EXTENSO: R\$21.000,00 (VINTE E UM MIL REAIS).

B) PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA.

C) VALIDADE DA PROPOSTA: 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DA DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.

NÃO ME TOQUE/RS, 16 DE JULHO DE 2009.

SODER & CIA LTDA
CNPJ: 89.786.602/0001-20

89.786.602/0001-20
SODER & CIA. LTDA

Rua Caldas Júnior 253
CEP: 99470-000
Não-Me-Toque/RS

JLEBER COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MÁQUINAS E PRODUTOS AGRÍCOLAS

RUA JOSE WERLANG, 362 - SELBACH/RS - FONE: (054)3383-1443

TRIBUTOS
SICM/SSM
000785
Rub.: *φ*

Selbach/RS, 17 de JULHO de 2009

TERMO DE REFERÊNCIA EDITAL Nº 02/2009

Declaramos, para os devidos fins e sob as penalidades da lei, que o bem cotado na presente proposta e respectivo valor total proposto, contemplam e atendem as especificações mínimas e as exigências do EDITAL Nº 02/2009-ADM

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LÍQUIDO, CAPACIDADE PARA 9.000 LITROS, ANO DE FABRICAÇÃO 2009, MODELO 2009, CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO CARBONO ASTM A36 4,75MM E NAS CABECEIRAS ESPESSURA DE 6,35MM, COM JATO DE GRANALHA INTERNO E EXTERNO, TRATAMENTO EM VETAMAX ULTRA RESISTENTE CONTRA FERRUGEM, BOMBA A VÁCUO COM COMPRESSOR DE 300MM ACOPLADO AO TANQUE, DEVIDAMENTE INSTALADO EM CAMINHÃO.	1	UN	23.250,00	23.250,00

A) VALOR DA PROPOSTA: R\$ 23.250,00(VINTE E TRES MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

B) PRAZO DE ENTREGA: O EQUIPAMENTO SERÁ ENTREGUE EM 20 DIAS.

C) VALIDADE DA PROPOSTA: 30 DIAS DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.

ATENCIOSAMENTE

João Dario Chaves
JLEBER COM DISTR MAQ PROD AGRIC
CNPJ: 07.846.003/0001-90
JOÃO DARIO CHAVES

07.846.003/0001-90
Jleber Com. e Dist. de Máq. e Prod. Agric. Ltda
Rua José Werlang 362
Cap 99450-001
Selbach - RS



Forpasso

Caminhões Novos e Usados
Peças e Serviços



SAÍDA



ENTRADA

FORPASSO CAMINHÕES LTDA.

Est. BR 285, s/nº • Km 181 • Valinhos • Passo Fundo • RS • CEP: 99042-800
Fone: (54) 3313-8300 • E-mail: forpasso@forpasso.com.br

TRIBUNAL DE CONTAS
SICMSSM

Fls. 000786

DEST/REMET

DATA LIMITE PARA EMISSÃO
00.00.00

DATA DA EMISSÃO
22/07/2009

DATA DA SAÍDA ENTRADA
23.7.09
HORA DA SAÍDA

REZA DA OPERAÇÃO VEICULO NOVO	CFOP 5.102	INSC. ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	C.N.P.J. 05.928.889/0001-95	INSCRIÇÃO ESTADUAL 091/0254290
FINALIDADE REMETENTE SOLICITAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL		BAIRRO/DISTRITO 04700	C.N.P.J. / C.P.F. 94.727.802/0001-00	CEP 98530-000
FRETE TERENTE-PORTELA		0	SALA CENTRO	RS
INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTO				

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	ESTADO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
VEICULO NOVO - MARCA: FORD COD: CES HASSI: 98FXCESU498836446 COR: ZAD BRANCO DIAMANTE II NO FAB./MOD.: 2009 / 2009 ONEL. PBT: 14.500 KG ONELAG. CMT: 27.000 KG CILINDRADAS: 3922 MOTOR: HPI 170 CV COMBUSTIVEL: DIESEL CODIGO RENAVAM: 304301 COMBUSTIVEL: E: 1858943 VEICULO COM RESERVA DE DOMINIO A FORPASSO CAMINHÕES LTDA	RS	UN	1,0	155.000,00	155.000,00

ADOS DO SERVIÇO

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL
	43574

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
109.412,95	18.600,20			155.000,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
				155.000,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE P/CONTA 1 - EMISSOR 2 - DESTINATÁRIO	PLACA DO VEICULO	UF	C.N.P.J. / C.P.F.
ENDERECO	MUNICIPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERO	PESO BRUTO
				PESO LIQUIDO

DADOS ADICIONAIS

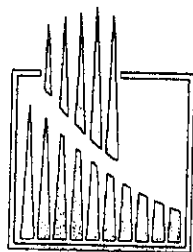
COND. DE PAGTO: A VISTA VEICULO AREA NEGOCIO: VEICULOS NOVOS VENDEDOR: No. OF: 00571	BASE CALCULO REDUZIDA PARA 70,589 % CFE. DECRETO 37699/97, LIVRO I, ARTIGO 23 - INCISO XIV
---	---

QUALITY PRINT FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA. FONE: (54) 3045.4046 • CNPJ: 07.251.073/0001-03 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 091/025437 N.F.F. MOD. 1 - 001.500X5 - NUM. DE 027.501 A 029.000- AIDF/RS 50052117254 DE 30/03/09 - A.P.M. 689/2009 DE 02/04/09 NOTAS VÁLIDAS ATÉ 02/04/2012

RECEBEMOS DE FORPASSO CAMINHÕES LTDA. OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL E FATURA INDICADA AQUI.

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	Nº
22/07/09	[Assinatura]	

028904



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

RELATÓRIO DE FUNDAMENTOS TÉCNICOS PARA
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO
- PLANILHA DISCRIMINATIVA DE CRÉDITO -

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA / RS

Porto Alegre, 22 de julho de 2010.

Ilustríssimo Senhor Responsável pelo Município de Barra do Guarita - RS

Assunto: Requisição de Documentos nº 04/2010 – TCE/RS

TOBIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, através de seus advogados responsáveis, vem prestar esclarecimentos acerca da recuperação tributária empreendida e apresentar os documentos utilizados para o trabalho de compensação realizado perante a Receita Federal do Brasil.

1. BREVE RESUMO DOS FATOS

Aos 19 dias do mês de julho de 2010, o Tribunal de Contas do Estado de Rio Grande do Sul – TCE/RS encaminhou ao Município de Barra do Guarita/RS requisição visando o esclarecimento de alguns aspectos estruturais utilizados na execução do serviço firmado com a empresa contratada.

Vejamos o que foi objeto de requisição:

- a) Informar a natureza dos créditos recuperados;
- b) Informar as razões de fato e de direito que justificaram a recuperação de crédito e eventuais decisões que embasaram as providências;
- c) Descrever os procedimentos adotados pelo Município no sentido de recuperar os créditos tributários.

Com o objetivo de delinear o trabalho executado e seus fundamentos, apresenta-se na presente peça a forma utilizada para a identificação e recuperação dos créditos encontrados para o Município em questão, devendo o TCE/RS ter conhecimento de todo o material e documentação jurídica manuseada pelo escritório contratado.

Os documentos que foram utilizados para apuração do crédito, podem ser observados no Anexo I. Estes dados foram fundamentais para demonstrar a natureza e a apuração do crédito tributário.

Desse modo, sabendo da possibilidade de recuperação do crédito tributário levantando, o Município contratou escritório de advocacia especializado, através de procedimento licitatório modalidade carta convite, e passou, juntamente com a contratada, a cumprir os termos contratuais.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1 Situação Fática

O Município contratou escritório de advocacia especializado para identificar se houve pagamento de contribuições previdenciárias indevidas ou a maior.

Após análise de relatórios emitidos pela Receita Federal (CCORGFIP, DCBC, DNA, GFIPWEB, dentre outros), chegou-se à conclusão que o Município efetuou pagamento de contribuição previdenciária a maior, de 11/2001 a 09/2004, a importância de R\$ 167.948,48 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), valor já devidamente atualizado pela SELIC até 28/02/2010.

Assim, foram iniciados os procedimentos para recuperação administrativa de tais valores.

2.2 Do Tributo Lançado por Homologação

Existem três modalidades de lançamento de tributo: de ofício, por declaração e por homologação.

Diz-se lançamento *de ofício* quando é feito por iniciativa da autoridade administrativa, independentemente de qualquer colaboração do sujeito passivo. Como exemplo, temos o IPTU.

Por declaração é o lançamento feito pela autoridade em face de declaração fornecida pelo contribuinte. Recebidas as declarações, o Fisco as submete à apreciação dos seus órgãos competentes, expedindo, ao final, uma notificação de lançamento, especificando o montante do tributo devido e o prazo (previsto em lei) para cumprimento da obrigação. Como exemplo, temos o Imposto de Importação.

Por homologação é o lançamento feito quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de prestar informações e antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa no que concerne à sua determinação. O lançamento opera-se, neste caso, quando a autoridade expressamente o homologa, através da declaração prestada e do valor pago. Como exemplo, temos as contribuições previdenciárias, o imposto de renda, o PIS e a COFINS, dentre outros.

Se a lei fixar um prazo para a homologação, e a autoridade não a praticar expressamente, ter-se-á a homologação tácita no momento em que se expirar o prazo.

Assim, se o sujeito passivo (o Município), em seu lançamento, prestou à autoridade administrativa as informações a que estava obrigado sobre a apuração do valor do tributo (GFIP declarada), e pagou determinado valor, decorrido o prazo de cinco anos, ocorrerá a homologação tácita deste

lançamento, e o crédito tributário do ente tributante estará definitivamente extinto.

No caso em análise, o tributo é *lançado por homologação*, ou seja, o contribuinte informa a Receita quanto deve e faz o pagamento antecipadamente. Neste sentido o artigo 32 da Lei 8.212/91:

Art. 32. A empresa é também obrigada a:

I - preparar folhas-de-pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Seguridade Social;

II - lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos;

III - prestar à Secretaria da Receita Federal do Brasil todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de seu interesse, na forma por ela estabelecida, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

IV - declarar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma, prazo e condições estabelecidos por esses órgãos, dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores devidos da contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS ou do Conselho Curador do FGTS; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

A União Federal, por sua vez, possui 5 (cinco) anos para homologar o lançamento efetuado pela empresa, no caso, o Município. É o que dispõe o Código Tributário Nacional:

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade,

tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Não é demais salientar que a Lei 8.212/91, na parte em que estabelecia o prazo seria de 10 (dez) anos para que a Fazenda Nacional homologasse ou não os lançamentos, foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o que ensejou a edição da Súmula Vinculante nº 8, *in verbis*:

Súmula Vinculante nº 8

"São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569 /77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212 /91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário".

Logo, passados 5 (cinco) anos do fato gerador sem que a Fazenda se manifeste acerca dos valores lançados, estes são considerados homologados tacitamente.

2.3 Tributo Pago a Maior

No caso, foi identificado que houve pagamento a maior do que os valores declarados como devidos, lançamentos estes devidamente homologados tacitamente. Não há, portanto, uma declaração expressa de que o pagamento a maior foi homologado, mas uma consequência lógica da aplicação do CTN e da Súmula 08 do STF, que tem caráter vinculante à Administração Pública.

Em outros termos, como se demonstra na planilha discriminativa de crédito, anexa ao presente relatório, há competências onde o valor declarado, e homologado como devido pela Receita, é inferior ao valor pago.

Apenas a título de exemplo, pegamos a competência 11/2001:

COMPETÊNCIA	VALOR DECLARADO	VALOR PAGO
11/2001	4.513,17	6.134,03

Destarte, deve o contribuinte requerer a restituição do valor pago a maior, ou a sua compensação, com base no art. 165 do CTN:

Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

1 - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

O pagamento de tributo maior que o devido foi verificado através da análise de informações prestadas pela Receita Federal, que apresentam os valores declarados como devidos e os valores efetivamente recolhidos (CCORGFIP - Consulta de valores a recolher x valores recolhidos - anexo I). Saliente-se que no mesmo relatório é informado se o valor informado e o recolhido foram objeto de lançamento de crédito, ou seja, se foram ou não homologados pela Receita.

2.4 Do Direito à Compensação e do Fim da Limitação de 30%

A Instrução Normativa nº 900 de 2008, da Receita Federal, informa quanto à possibilidade de compensação de créditos de contribuições previdenciárias com débitos vincendos:

Art. 44. O sujeito passivo que apurar crédito relativo às contribuições previdenciárias previstas nas alíneas "a" a "d" do inciso I do parágrafo único do art. 1º, passível de restituição ou de reembolso, poderá utilizá-lo na compensação de contribuições previdenciárias correspondentes a períodos subsequentes.

Assim, para alcançar o instituto da compensação, não é necessário elaborar um pedido formal para que se tenha uma ulterior homologação por parte da Receita Federal, pois, os servidores fiscais são regidos por Instrução Normativa que autoriza o uso da prerrogativa pelos interessados.

Além disso, alguns administradores ainda questionam sobre a possibilidade de compensar os valores levantados com mais de 30% (trinta por cento) do débito vincendo. Isto porque o programa SEFIP B.4, utilizado para gerar a GFIP dos municípios, informa que a compensação não pode ultrapassar este percentual. Ocorre que o programa em tela está adaptado à anterior legislação, que de fato estipulava esta limitação.

Nada obstante, com a edição da Medida Provisória nº 449, de 4/12/2008, o seu art. 65, inciso I, revogou os parágrafos 1º, 2º, 3º, 5º, 6º e 7º do art. 89 da Lei 8.212/91. Com efeito, a revogação do parágrafo 3º do art. 89 que dispunha que *"em qualquer caso, a compensação não poderá ser superior a trinta por cento do valor a ser recolhido em cada competência"* implica afirmar que não há mais limitação para a compensação das contribuições ao INSS.

Vale transcrever o caput do art. 89 (alterado pela MP 449/2008) e seus parágrafos:

"Art. 89. As contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11, as contribuições instituídas a título de substituição e as contribuições devidas a terceiros somente poderão ser restituídas ou compensadas nas hipóteses de pagamento ou recolhimento indevido ou maior que o devido, nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
(...)"

Assim, não há mais que se falar em limitar a compensação a 30% (trinta por cento) do débito vincendo.

2.5 Prazo Prescricional – Cinco Mais Cinco Anos

O prazo para requerer a restituição ou compensação dos valores pagos a maior é de 10 (dez) anos (cinco + cinco) no presente caso.

Como informa o artigo 168, I, do CTN, o direito de pleitear a restituição extingue-se com o prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da extinção do crédito tributário.

Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipótese dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário;

E, no caso, o crédito tributário se extinguiu definitivamente cinco anos após o fato gerador, como expõe o art. 150, par. 4º, do CTN:

§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Em resumo, do fato gerador à homologação tácita são cinco anos. Com a homologação tácita se dá a extinção definitiva do crédito (art. 150, § 4º, CTN). Da extinção definitiva do crédito ao fim do direito a se pleitear a restituição são mais cinco anos (art. 163, I, CTN), totalizando dez anos. Neste sentido o reiterado e recente posicionamento do STJ:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO. IMPUTACÃO EM PAGAMENTO. ART. 354 DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PAGAMENTO INDEVIDO. ARTIGO 4º, DA LC 118/2005. DETERMINAÇÃO DE APLICAÇÃO RETROATIVA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DIFUSO. CORTE ESPECIAL. RESERVA DE PLENÁRIO. MATÉRIA DECIDIDA PELA 1ª SEÇÃO, NO RESP 1002932/SP, JULGADO EM 25/11/09, SOB O REGIME DO ART. 543-C DO CPC.

1. (...)

2. A Primeira Seção, quando do julgamento do Recurso 1002932/SP, sujeito ao regime dos "recursos repetitivos", reafirmou o entendimento de que "O advento da LC 118/05 e suas consequências sobre a prescrição, do ponto de vista prático, implica dever a mesma ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09/05/05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco anos a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitado, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova." (RESP 1002932/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, julgado em 25/11/2009)

3. (...)

4. (...) Inocorrência da prescrição relativamente aos pagamentos efetuados nos 10 anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, com observância do critério de contagem do prazo prescricional acima explicitado.

(...)

15. Recurso especial parcialmente provido, tão-somente para determinar a aplicação do prazo prescricional daconal. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 09/2002.

(REsp 960.239/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO,
julgado em 09/06/2010, DJe 24/06/2010)

Portanto, quando a homologação do lançamento ocorre de forma tácita, como no presente caso, com base no Código Tributário Nacional e na jurisprudência pacífica do STJ, temos que o prazo para restituição do indébito é de 10 (dez) anos a partir do fato gerador.

2.6 Do Prazo Prescricional – Lei Complementar nº 113/05

Quanto à Lei Complementar nº 113/05, que modificou o prazo da extinção definitiva do crédito para o momento do pagamento, e não mais para o da homologação tácita, a mesma vale apenas para os fatos geradores posteriores a seu ingresso no ordenamento jurídico, ou seja, para os fatos geradores posteriores a 09 de junho de 2005.

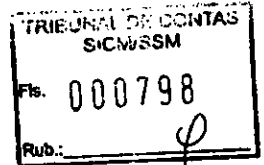
Como os fatos geradores analisados são todos anteriores a este período, não há que se falar em aplicação desta norma. Neste sentido o STJ possui decisão da 1ª Seção que vale como uma aula, e que traz em seu bojo os efeitos do art. 543-C do CPC (Lei de Recursos Repetitivos):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. AUXÍLIO CONDUÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PAGAMENTO INDEVIDO. ARTIGO 4º, DA LC 113/2005. DETERMINAÇÃO DE APLICAÇÃO RETROATIVA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DIFUSO. CORTE ESPECIAL. RESERVA DE PLENÁRIO.

1. O princípio da irretroatividade impõe a aplicação da LC 116, de 9 de fevereiro de 2005, aos pagamentos indevidos realizados após a sua vigência e não às ações propostas posteriormente ao referido diploma legal, posto norma referente à extinção da obrigação e não ao aspecto processual da ação correspondente.

Prefeitura Munic. de Barra do Guarita

C.G.C. 94.726.312/0001-20



1

DIVISAO DE FINANÇAS

GUIA DE RECOLHIMENTO NRO 1.307

BARRA DO GUARITA

, 31 de Agosto de 2010

BB

Divisao de Financas conforme discriminacao abaixo:

, Recolhe a

----- D I S C R I M I N A C A O -----
CIDE

o Valor de R\$ 36.81 (trinta e seis reais e oitenta e um centavos**

*****)

2. O advento da LC 118/05 e suas consequências sobre a prescrição, do ponto de vista prático, implica dever a mesma ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova.

3. Isto porque a Corte Especial declarou a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1956 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º segunda parte, da Lei Complementar 118/2005 (AI nos ERESP 644726/PE. Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007).

4. Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada: "Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo.

(...)

5. Consequentemente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a ogremiinada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coorduna com o disposto no artigo 2º 228, do Código Civil de 2002, segundo o qual: "Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.").

6. Desta sorte, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o dies a quo do prazo

prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.

7. In casu, insurge-se o recorrente contra a prescrição quinquenal determinada pelo Tribunal a quo, pleiteando a reforma da decisão para que seja determinada a prescrição decenal, sendo certo que não houve menção, nas instâncias ordinárias, acerca da data em que se efetivaram os recolhimentos indevidos, mercê de a propositura da ação ter ocorrido em 27.11.2002, razão pela qual forçoso concluir que os recolhimentos indevidos ocorreram antes do advento da LC 112/2005, por isso que a tese aplicável é a que considera os 5 anos de decadência da homologação para a constituição do crédito tributário acrescidos de mais 5 anos referentes à prescrição da ação.

8. Impende salientar que, conquanto as instâncias ordinárias não tenham mencionado expressamente os fatos em que ocorreram os pagamentos indevidos, é certo que os mesmos foram efetuados sob a égide da LC 70/91, uma vez que a Lei 9.420/96, vigente a partir de 31/03/1997, revogou a isenção concedida pelo art. 6º II, da referida lei complementar às sociedades civis de prestação de serviços, tornando legítimo o pagamento da CCFINS.

9. Recurso especial provido, nos termos da fundamentação expendida.

Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2006.

(REsp 1002932/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 18/12/2009).

Nos termos da decisão acima, que passa a ser de observância obrigatória nos Tribunais inferiores, e que já vinha sendo replicada em todos os Tribunais Regionais Federais, é que se aplica ao caso a tese dos cinco mais cinco, que terá força até o dia 09 de junho de 2010.

3. DOCUMENTOS - TRIBUTOS PAGOS E COMPENSAÇÕES

O registro dos tributos pagos está no repositório denominado de CCORGFIP (Anexo I), documento este retirado da própria Receita Federal, onde consta

todas as informações referentes ao que foi declarado e o que foi pago pelo Município.

Para melhor entender o extrato da CCORGFIP, impende esclarecer que "Valor a Recolher" é o declarado pelo Município como devido, e "Valor Líquido" é o valor pago, já excluídos os juros e multa em caso de pagamento em atraso. Por uma questão de praticidade e entendimento direcionado ao público contratante é que foi desenvolvida uma planilha onde demonstra tudo que está descrito na CCORGFIP, porém, de forma mais clara e compreensível.

Para tanto, segue anexa:

- ⇒ CCORGFIP dos períodos de 1999/2009 (Anexo I);
- ⇒ Planilha Relatório - Valores Pagos a maior (Anexo II).

Além disso, a planilha que também segue anexa (Anexo III), traz em seu bojo os números utilizados para se chegar ao valor do crédito do Município atualizado pela SELIC. As informações ali constantes foram extraídas da Receita Federal.

Abaixo segue um breve glossário para facilitar o entendimento da planilha apresentada:

- o Coluna A - Competência a que se refere o crédito analisado.
- o Coluna B - Valor total declarado à época como devido, incluindo o valor incidente sobre os agentes políticos (quando existente).
- o Coluna C - Valor declarado como devido apenas a título de agentes políticos, parte da empresa (alíquota de 20%) com o RAT, que é o valor declarado como devido, e incidente sobre os agentes políticos. A alíquota é de 1%, porém nem sempre houve o pagamento deste adicional.